

Saldo comercial: dados que mostram o acerto do ajuste

A confirmação de que o saldo da balança comercial caiu, em novembro, para um nível que não apenas é o mais baixo do ano mas também o menor desde fevereiro de 1983 mostra que o governo tinha razões de sobra para decretar o conjunto de medidas conhecido como Plano Cruzado II. Os números comprovam, agora, que a economia estava a necessitar de uma urgente correção de rumos, para não conduzir o País a uma situação delicada no que concerne às reservas cambiais, capaz, até, de tornar recomendável uma interrupção no pagamento dos compromissos externos.

Com as medidas de estímulo às exportações, tomadas em 21 de novembro passado, espera-se que a tendência de queda no superávit comercial seja interrompida. De fato, segundo informações da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, já na última semana de novembro começou a verificar-se um aumento no volume do fechamento de contratos de câmbio por parte dos exportadores, o que autoriza a prever

uma melhora na balança comercial a partir de fevereiro ou março.

Coincidentemente, nessa mesma época, pelo menos três fatores deverão estar atuando no sentido de uma constrição adicional da demanda interna, contribuindo assim para aumentar a oferta de produtos para exportação. Um deles será a declaração anual de renda das pessoas físicas: com o sistema de bases correntes instituído para o Imposto de Renda em fins do ano passado, os contribuintes em geral passarão a ter mais imposto a pagar do que a ser restituído, a não ser no caso dos isentos. Outro será o realinhamento de preços e tarifas, que, iniciado em novembro, com o Plano Cruzado II, terá prosseguimento nos próximos meses, para corrigir defasagens setoriais. E o terceiro fator, que aliás já vem ocorrendo há meses, será a permanência dos elevados níveis das taxas de juro, a favorecer a poupança financeira. Embora afetem a disposição de investimento em atividades produtivas, taxas ele-

vadas de juro são uma decorrência, também, de expectativas inflacionárias exacerbadas, como parece ser o quadro atual da economia.

Não nos parece, todavia, haver outro caminho para o governo que não o de admitir uma certa moderação na taxa de expansão do consumo e, por consequência, na taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano. E preciso lembrar, a esse respeito, que o superávit aproximado de US\$ 10 bilhões projetado para este ano (ainda bastante elevado, se considerarmos que corresponderá a cerca de 40% das exportações totais) somente foi possível diante da conjunção de fatores positivos que deverão não se repetir, principalmente a grande redução havida nos preços internacionais do petróleo.

O Brasil, portanto, deve estar preparado para exportar mais no próximo ano, ao mesmo tempo que negocia com os credores externos condições mais favoráveis para o serviço de sua dívida, a fim de diminuir a remessa líquida de

recursos para o exterior. Não podemos esquecer que essa redução, seja pelo reescalonamento dos prazos, seja pela diminuição dos encargos, seja, ainda, pela obtenção de novos empréstimos e financiamentos, implica o adiamento do problema e não sua solução definitiva. Esta só virá com o equacionamento da questão externa através de um continuado crescimento da economia, com o qual o País se capacitará a gerar os recursos necessários aos pagamentos da dívida sem impor maiores sacrifícios ao mercado interno.

A flutuação diária do cruzado, com base numa cesta de moedas fortes, e a série de outras medidas adotadas no Plano Cruzado II — entre as quais podemos destacar a redução do adicional de Imposto de Renda devido por empresas exportadoras — foram, portanto, providências acertadas para o momento. Se elas são suficientes somente o tempo dirá, mas já nos conforta saber que o setor exportador dá mostras de estar reagindo positivamente às medidas.